

POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM EDUCAÇÃO: CICLO EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA/BR - 1998 a 2010

Maria Iza Pinto de Amorim Leite

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Brasil
izamarcos@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa que utiliza a metodologia do estudo de caso para analisar a trajetória do ciclo nas escolas municipais de Vitória da Conquista/Bahia, Brasil. Desde o ano de 1998, a política do ciclo, acompanhando as mudanças no quadro de gestores municipais, tem sido alvo de críticas e mudanças, resultando em diferentes propostas cuja implementação vem sendo tentada, apesar da falta de condições estruturais do sistema municipal de educação.

Palavras chave: ensino fundamental; plano municipal de educação; ciclo de aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A organização do ensino em Ciclos começou, no Brasil, nos anos 1960, como tentativa de superação dos problemas sociais e econômicos causados pela repetência escolar, entretanto, o suporte legal só foi definido em 1996, com a Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB), e com a aprovação e divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Em Vitória da Conquista (VC), localizada no estado da Bahia, Brasil, a organização do ensino em ciclos começou em 1998 e vem passando por várias modificações.

As primeiras experiências com os sistemas de ensino em ciclos, no Brasil, aconteceram no estado de Pernambuco, em 1968. Ainda na década de 60, nas escolas primárias do estado de São Paulo, os alunos reprovados foram colocados em “classes especiais de aceleração”, cabendo ao professor desenvolver a metodologia mais adequada para o ensino aprendizagem. A experiência durou pouco, porém contribuiu para a introdução dos ciclos, posteriormente chamados de “ciclos de aprendizagem”. Nas décadas de 70 e 80, várias redes estaduais adotaram o sistema de ensino pelo ciclo como: São Paulo, Minas Gerais e Paraná (BARRETO; SOUSA, 2004, p. 8-9).

A partir da década de 60, algumas medidas foram adotadas por estados brasileiros com o intuito de acabar com o fracasso escolar, mas foi a partir da década de 80 que surgiram as primeiras propostas de Ciclos Básicos. No início dos anos 80, acontecem as discussões que resultariam nas primeiras experiências com o Ciclo Básico em São Paulo e em Minas Gerais. O Ciclo Básico nasce como uma proposta que, além do cunho pedagógico, tinha também natureza político-educacional, emergindo num

momento em que a situação crítica em que se encontrava o Brasil culminou no movimento por eleições diretas, pela derrubada da ditadura militar e pela redemocratização do país. A tônica daquele momento girava em torno das ideias de descentralização, participação e geração de empregos. No campo da educação, era preciso desenvolver ações que contribuíssem para melhorar a sua qualidade. Essas ações envolviam a descentralização de recursos e o estímulo à participação de pais, alunos, professores e funcionários nas decisões tomadas nas escolas públicas (SILVA; DAVIS, 1993).

Durante o ano de 1998, fundamentado no artigo 32 da LDB Nº 9.394/1996 (BRASIL, 1997b), o Conselho Estadual de Educação de São Paulo, através da Deliberação CEE nº. 9/1997, instituiu o regime de progressão continuada em toda a rede estadual de ensino de São Paulo (DIAS, 2005).

A LDB de 1996 referenda as experiências em ciclos como possibilidade de estruturação da educação básica; enfatiza a importância da avaliação continuada; possibilita a aceleração de estudos paralelos de recuperação e a inscrição de alunos em séries ou etapas compatíveis com seu desenvolvimento e experiência (FERNANDES, 2005). Os PCN propõem a organização da escolaridade em ciclos. O processo de reorganização do ensino fundamental a partir das séries iniciais “tinha como objetivo político minimizar o problema da repetência e da evasão escolar” e “adotou como princípio norteador a flexibilização da seriação, o que abriria a possibilidade de o currículo ser trabalhado ao longo de um período de tempo maior e permitiria respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem que os alunos apresentam” (BRASIL, 1997a, p. 59).

Em Curitiba, capital do estado de Paraná, o processo de implantação dos Ciclos de Aprendizagem começou em 1999, com o objetivo de enfrentar os altos índices de retenção escolar que, no ano anterior, foi de 12% para as quatro séries iniciais e de 19% para a 1ª série (KNOBLAUCH, 2003).

No estado do Pará, a implantação do ciclo se deu em 2001, em todas as escolas municipais. Essas escolas ofereciam apenas os anos iniciais no ensino fundamental. Nesse projeto, as crianças iniciavam o ensino fundamental aos seis anos de idade e os cinco anos de escolaridade eram divididos em dois ciclos: o primeiro, de três anos (grupo de seis, sete e oito anos) e o segundo, de dois anos (MAINARDES, 2005).

O Ciclo foi implantado, na Rede Municipal de Vitória da Conquista, em 1998, ano em que começou a vigorar Lei Nº 9.424/96 (BRASIL, 2001) que regulamentou o

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef). Desde então, vem passando, devido aos posicionamentos dos professores e da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação (Smed), por várias modificações.

O tema Ciclo vem sendo objeto de polêmica e discussão, no Brasil, gerando dezenas de pesquisas sob diferentes enfoques, conforme se pode verificar, por exemplo, nos trabalhos apresentados e publicados nas reuniões anuais da Anped (AGUIAR, 2005; BARRETO; SOUSA, 2004; COELHO; MENEZES, 2006; DIAS, 2005; FERNANDES, 2005; 2006; FREITAS, 2004; GOMES, 2005; GUILHERME, 2003; JACOMINI, 2004; 2008; MACHADO, 2006; MAINARDES, 2005; 2006; 2008; MONFREDINI, 2006) e nos Encontros de Pesquisa em Educação do Norte e Nordeste (BODIÃO, 2007; OLIVEIRA, 2007; PINHEIRO, 2007). Essa polêmica acontece, também, em Vitória da Conquista, principalmente diante do distanciamento entre o que é apresentado na proposta pedagógica e as condições efetivas de operacionalização nas escolas e nas salas de aula. Em Vitória da Conquista, a implementação do ciclo tem sido acompanhada e registrada em vários trabalhos, por exemplo: Leite (1999, 2004, 2008a, 2008b, 2009); Leite; Santos (2005); Leite; Matos; Teixeira (2006, 2008).

Em 2009, contando com todo o material coletado/construído em pesquisas anteriores, demos continuidade aos estudos do ciclo na rede municipal de Vitória da Conquista, desta feita, com o objetivo de analisar a sua trajetória, do ano de implantação (1998) até o ano de 2010. Continuamos com a estratégia metodológica do estudo de caso explanatório conforme a descreve Robert Yin (2001), utilizada em alguns dos trabalhos anteriores, por atender a algumas das características apontadas por Yin em relação ao estudo de caso como método de pesquisa, quais sejam: trata-se de um tema contemporâneo; envolve avaliação de uma política da Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista; requer a análise de dados quantitativos e qualitativos e o emprego de várias fontes de informação. Revisitar as entrevistas e os dados coletados anteriormente; entrevistar profissionais da educação que tenham vivenciado esses onze anos do ciclo; atualizar a revisão da literatura pertinente e coletar novos dados junto à Smed são procedimentos que estamos utilizando nesta pesquisa.

Neste artigo, respeitados os limites de espaço permitido pelas normas do Congresso Anpae/2010, apresentamos uma análise parcial da pesquisa que se encontra em curso.

O CICLO EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Vitória da Conquista é um dos 417 municípios do estado da Bahia, situado na Região Nordeste do Brasil. Em julho de 2008, contava com a população de 313.898 habitantes, classificando-se como a 3ª maior cidade do estado.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), calculado a partir da taxa de rendimento escolar e das médias de desempenho em exames padronizados aplicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os resultados observados nos anos iniciais do ensino fundamental, na rede municipal em Vitória da Conquista, em 2005 (3,2) e 2007 (3,8), estiveram abaixo dos resultados observados em nível nacional (3,8 em 2005 e 4,2 em 2007) e acima dos que se verificaram na rede estadual no estado da Bahia (2,6 em 2005 e em 2007) e na rede estadual em Vitória da Conquista (3,0 em 2005 e 2,9 em 2007). Em relação aos anos finais do Ensino Fundamental, o Ideb da rede municipal, em 2005 (2,4), estava abaixo dos índices nacional (3,5) e estadual (2,7). Em 2007 (3,4), se aproxima do índice nacional (3,8) e supera o índice estadual (2,7). Todos esses índices ainda estão distantes das metas estabelecidas para o ano 2021 em nível nacional (6,0), estadual (4,9) e municipal (5,5).

Em 2008, a matrícula do ensino fundamental, no município de Vitória da Conquista (48.907) esteve distribuída entre as redes estadual (13.633), municipal (29.224) e particular (6.050). Analisando a distribuição da matrícula na rede municipal, no ensino fundamental, em 2007, verifica-se uma redução nas três últimas séries. Dos 29.571 alunos matriculados, 6.821 se encontravam com mais de 14 anos.

Matrícula do Ensino Fundamental na rede municipal de Vitória da Conquista, 2007

Faixas etárias	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	Total
Menos de 7 anos	55	5	-	-	-	-	-	-	60
7 a 14 anos	5.198	4.689	4.749	3.876	2.280	1.145	549	204	22.690
Mais de 14 anos	96	192	310	406	1.882	1.394	1.387	1.154	6.821
Total	5.349	4.886	5.059	4.282	4.162	2.539	1.936	1.358	29.571

Fonte: MEC/INEP

Na análise do funcionamento do ensino fundamental na zona urbana da rede municipal de Vitória da Conquista, a organização do ensino em ciclos tem se destacado como ponto polêmico que vem marcando a oferta desse nível de ensino. Inicialmente, com o Ciclo de Aprendizagem (CA), deu-se a manobra contábil para aumento do número de alunos para os cálculos do Fundef e o descontentamento dos professores diante das medidas adotadas. A re-estruturação do CA se apresentou como uma tentativa de empreender uma melhor qualidade ao ensino oferecido pela rede municipal, na zona urbana, viabilizada graças às verbas do Fundef.

A implantação do Ciclo de Aprendizagem, em 1998, não contou com a aprovação da maioria dos professores que se sentiam desinformados e despreparados para assumirem uma nova metodologia de ensino. A análise da prática pedagógica, desenvolvida sob o rótulo de Ciclo de Aprendizagem, levou os professores e a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação (Smed) à estruturação de uma nova proposta que começou a ser colocada em prática no ano letivo de 2002. A nova proposta dividia as escolas municipais da zona urbana em dois grupos: dez (10) escolas cicladas e escolas em regime de seriação.

Cada escola teve um prazo para decidir se queria continuar com a seriação ou adotar o ciclo. Não havia verba suficiente para implantação do ciclo em todas as escolas, desse modo, as dez primeiras que enviaram, por escrito, sua decisão favorável, tiveram o ciclo implantado. A oferta de classes de progressão e de reforço paralelo foram os argumentos de mais peso na decisão das escolas que optaram pelo ciclo.

A proposta de 2002 foi estruturada em dois grandes ciclos havendo progressão continuada no interior de cada um deles. O ciclo I envolvia três anos: classe inicial, equivalente à classe de alfabetização; classe intermediária, equivalente à primeira série; classe final, equivalente à segunda série. O ciclo II, previsto para dois anos, oferecia uma classe inicial, equivalente à 3ª série e uma classe final, equivalente à 4ª série. A proposta previa duas classes de progressão: a progressão I, para atender aos alunos que não conseguissem aprovação para o ciclo II e a progressão II, para atender aos alunos que não conseguissem aprovação na classe final do ciclo II. Constavam ainda na proposta, atividades para reforço paralelo, em turno oposto, em grupos de, no máximo, seis alunos por professor.

Em 2003, houve a ampliação do ciclo para mais dez escolas. Nesse ano, o ciclo funcionou com 120 classes de progressão atendidas por 120 professores que aderiram

ao projeto. Cada professor ficava responsável por uma turma e, no turno oposto, realizava estudos (dois dias por semana) e atividades de reforço (dois dias por semana) com alunos do ciclo, indicados pelos demais professores. Os professores que atuavam nas classes de progressão recebiam orientação específica do núcleo pedagógico que funcionava na Smed.

Com a mudança no quadro pedagógico da Smed, em 2005, todas as unidades escolares da zona urbana se encontravam em sistema de ciclo, mudando-se a denominação de Ciclo de Aprendizagem para Ciclo de Formação Humana. Iniciava-se, nesse ano, o projeto piloto do Ciclo III de Formação Humana, em duas escolas municipais. Em 18 de setembro/2005, é apresentada aos professores, no “Seminário para expansão de Ciclo III”, a versão preliminar da “Proposta Pedagógica do Município de Vitória da Conquista: Ciclos de Formação Humana”, tendo em vista a expansão do Ciclo III para todas as demais escolas.

Pretende-se que as escolas e seus professores repensem suas práticas no sentido de estender os Ciclos de Formação Humana para todo o Ensino fundamental da Zona Urbana, oportunizando organizar a escola como espaço público de cultura viva, considerar, como de um mesmo processo, as atividades de ensino/aprendizagem e os conteúdos que as sustentam, alargar a compreensão do que seja os saberes escolares e romper com a lógica fragmentada e etapista da seriação. (SMED, 2005a, p. 5).

A mudança de Ciclo de Aprendizagem para Ciclo de Formação Humana foi fundamentada, segundo a Smed (2005a, p. 6),

no estudo do desenvolvimento do ser humano (neurociências, psicologia, psicolingüística) e sua inserção no contexto sociocultural (antropologia, sociologia, comunicação), que exige formas de organização dos tempos de aprender. [...] Educar por Ciclos é organizar o tempo da escola e considerar os tempos e ritmos do educando, possibilitando adequar o espaço escolar às características biológicas e culturais do desenvolvimento de todos.

A organização do Ciclo de Formação Humana considera as faixas de desenvolvimento e as idades de formação dos alunos, partindo daí para o agrupamento de turmas. Os nove anos do ensino fundamental ficam distribuídos em três ciclos, cada um com três anos de duração: ciclo da infância; ciclo da pré-adolescência e ciclo da adolescência.

Ao longo de cada ciclo, foi prevista uma articulação flexível entre várias possibilidades de aprendizagem, “prevendo ritmos e ênfases diferenciadas de conhecimentos, de habilidades e de vivências na formação das múltiplas dimensões pretendidas” (SMED, 2005a, p. 9).

A Smed propôs, para o funcionamento do Ciclo de Formação Humana, uma metodologia centrada na elaboração coletiva, por professores, alunos e comunidade, de Projetos Pedagógicos interdisciplinares, tendo em vista a construção de uma Escola Participativa que contribua para a formação de sujeitos “em condições de intervirem e transformarem a sua realidade” (SMED, 2005a, p. 17). Além da versão preliminar da proposta do Ciclo de Formação Humana, foi produzida uma “Cartilha Tira-Dúvidas” (SMED, 2005b) contendo vinte e cinco perguntas e respostas sobre a implantação do ciclo. A proposta final do Ciclo de Formação Humana foi, em 2007, impressa e distribuída entre os profissionais da educação da rede.

Em 2008, com a mudança da equipe técnico-administrativa da Smed, novos rumos são dados à estrutura e funcionamento do ensino na rede municipal, culminando com a publicação, em fevereiro de 2009, da Resolução N° 002/2009 do Conselho Municipal de Educação (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2009) que dispõe sobre a reorganização do ensino fundamental de 09 (nove) anos em Ciclos de Aprendizagem. Em sua essência, a nova resolução volta à proposta do Ciclo de Aprendizagem do período de 2002-2005, utilizando alguns dos pressupostos e terminologias do Ciclo de Formação Humana. No quadro a seguir, colocamos, lado a lado, os quatro modelos de organização do ensino em ciclos propostos pela Smed de 1998 a 2009.

CICLOS EM VITÓRIA DA CONQUISTA: 1998 - 2009

1º Ciclo de Aprendizagem 1998 - 2001		Ciclo de Aprendizagem 2002 - 2005		Ciclo de Formação Humana 2005 - 2008			Ciclo de Aprendizagem 2009			
Ciclo	Duração	Etapas	Duração	Faixa do desenvolvimento	Ciclos	Duração	Faixa do desenvolvimento	Ciclos	Duração	
Ciclo I	2 anos	Ciclo I	3 anos	Infância	Ciclo I	3 anos	Infância	Ciclo I	3 anos	
		Turma de Progressão I								
		Ciclo II	2 anos	Pré-adolescência	Ciclo II	3 anos	Período final da infância e início da pré-adolescência	Ciclo II	2 anos	
		Turma de Progressão II								
		Ciclo III	2 anos	Adolescência	Ciclo III	3 anos	Período final da pré-adolescência e início da adolescência	Ciclo III	2 anos	
		Turma de Progressão III								
		Ciclo IV	2 anos						Período inicial da adolescência	Ciclo IV
		Turma de Progressão IV								

Fontes: Publicação da Smed (2005) e Resolução CME/VC N° 002/2009.

Em termos de distribuição dos nove anos do ensino fundamental, a nova proposta do Ciclo de Aprendizagem é exatamente igual àquela que vigorou de 2002 a

2005. Do Ciclo de Formação Humana, tenta, a nosso ver, de forma equivocada, utilizar a terminologia referente às fases do desenvolvimento humano sem, entretanto, obedecer a essas fases já que somente o ciclo I prevê o atendimento a uma fase específica, no caso, a infância. O fracionamento dos demais ciclos em períodos de dois anos resultou no encontro de mais de uma fase de desenvolvimento humano num mesmo ciclo.

A Resolução Nº 2/2009 prevê a progressão apenas nos dois primeiros anos do Ciclo I, o que, a nosso ver, descaracteriza a ideia de ciclo que tem, na progressão continuada, o seu principal suporte teórico-metodológico. Diferentemente do que estabelece a referida Resolução, entendemos a progressão continuada como a estrutura pedagógica que garante a todos os alunos a aprendizagem pertinente a cada ciclo, de modo continuado, atendendo às necessidades e ao ritmo de cada aluno.

Art. 6º- Apenas nos dois primeiros anos do Ciclo I será adotado o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Parágrafo Único: Entende-se por progressão continuada o regime que possibilita ao aluno avanços sem mecanismo de retenção no processo intra-ciclo. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2009, p. 2).

No novo Ciclo de Aprendizagem, a enturmação dos alunos se fará por idade, entretanto, o artigo 16 da Resolução 2/2009 prevê que “a idade para a organização nos Ciclos de Aprendizagem não constitui critério rígido e exclusivo” para a formação das turmas (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2009, p. 4). As turmas de progressão e a jornada ampliada, previstas nas propostas anteriores, não compõem o novo Ciclo de Aprendizagem. A Resolução trata, em seu artigo 22, da recuperação da aprendizagem que deve acontecer “no mesmo turno das aulas regulares, cabendo a cada escola definir, em seu projeto pedagógico, a forma de recuperação paralela” (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2009, p. 5).

A trajetória do Ciclo, na rede municipal de Vitória da Conquista, vem sendo marcada pela transitoriedade e pelo grande descompasso entre o que é proposto pela Smed e o que é, efetivamente, desenvolvido. A Resolução n. 2/2009 prevê a sua transitoriedade e determina a contínua avaliação do processo, coordenada por uma comissão constituída para esse fim.

Art. 24 A forma de organização do Ensino Fundamental proposta nesta Resolução fica instituída em caráter transitório,

devendo ser continuamente avaliada pelas comunidades escolares, durante este ano letivo, sob a coordenação de uma comissão de avaliação dos Ciclos de Aprendizagem, constituída, para tal fim, por ato do Secretário Municipal de Educação. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2009, p. 5).

A comissão de avaliação foi constituída, entretanto, até o mês de fevereiro de 2010 ainda se encontrava em processo de análise das informações levantadas junto aos professores que responderam a um questionário escrito. Os resultados preliminares desses questionários, ainda não divulgados oficialmente já que o relatório da comissão ainda não foi concluído, parecem apresentar contradições entre o que os professores declaram em assembléias docentes e o que afirmaram por escrito. Nas reuniões parece predominar um posicionamento contrário à continuidade do Ciclo, mas os questionários vêm indicando um percentual maior de professores que opinam favoravelmente à organização do ensino em ciclos.

NOVAS PERSPECTIVAS: PROPOSTAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Municipal de Educação para o decênio 2010-2019, discutido e elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, com a participação da sociedade civil através de representantes dos Conselhos Municipais, Associações, Sindicatos, Câmara Municipal e Comunidade escolar, encontra-se em fase final de estruturação. A mobilização da comunidade local para uma série de debates sobre os problemas educacionais do município aconteceu através das Conferências Municipais de Educação.

Segundo a versão preliminar do PME (SMED, 2010, p. 15-16), as principais prioridades das políticas públicas municipais, nos próximos dez anos são:

- Garantir o ensino fundamental obrigatório de nove anos a todas as crianças de 6 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão dessa etapa da educação básica. [...]
- Garantir o ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. [...]
- Ampliar o atendimento em todas as etapas da educação básica que competem ao município. [...]
- Valorizar os profissionais da educação. [...]
- Desenvolver os sistemas de informação e de avaliação em todas as etapas e modalidades de ensino que competem ao município.

No que se refere ao ensino fundamental, dentre as vinte metas apresentadas, duas se referem ao ciclo:

- A partir do primeiro ano de vigência do plano, definir e garantir competências básicas para cada ciclo, respeitando os alunos que necessitam de tempo maior, com atendimento específico, dentro de um projeto com condições de infra-estrutura e recursos humanos, físicos e materiais;
- Sistematizar e garantir a avaliação contínua e formativa nos ciclos com o objetivo de diagnosticar e replanejar o trabalho, a metodologia e as intervenções necessárias (projetos, atendimento extra turno ou outras), visando garantir as competências básicas de cada ciclo, levando-se em consideração a vida escolar individual do aluno, a partir do primeiro ano de vigência do plano. (SMED, 2010, p.64).

A insatisfação dos professores diante das condições de funcionamento do Ciclo e da promoção automática foi um dos elementos que marcaram a necessidade de rever as políticas municipais de educação. Isso se reflete no texto preliminar do PME.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas envolvendo o Ciclo, realizadas em vários estados do país, têm chegado a resultados semelhantes aos que foram encontrados por Leite (1999), em Vitória da Conquista. Entre os argumentos favoráveis à implantação e continuidade do ciclo destacam-se: superação dos pontos negativos da seriação; prioridade à aprendizagem do aluno; superação de uma metodologia tradicional de ensino que vem se mostrando inadequada frente à realidade atual; estruturação de uma dinâmica curricular voltada para o processo contínuo de construção, inclusive do próprio currículo; dinamização dos trabalhos em sala de aula e na escola; aumento do interesse dos alunos pelas atividades escolares; proposta de superação dos problemas da repetência e evasão escolar; proposta de envolvimento da comunidade escolar no processo de re-estruturação da escola em ciclos. Aqueles que são contra a proposta do ciclo apresentam os pontos negativos verificados no processo de implantação: falta de articulação entre decisão política e ação pedagógica; implantação do processo sem uma sistematização metodológica; tomada de decisões excluindo a participação dos professores; pouco treinamento para os professores; falta de aceitação e compreensão da proposta pelos professores; falta de suporte financeiro e de estrutura física nas escolas para a operacionalização das propostas pedagógicas apresentadas.

A avaliação que os professores fazem do ciclo, aponta, basicamente, para a falta de condições operacionais. Elaborada pela equipe técnica da Smed, cada proposta não

contou com a efetiva participação do corpo docente nos estudos teórico-metodológicos pertinentes. Sem essa participação, foram inevitáveis os mal-entendidos e as distorções, por parte dos professores e da comunidade escolar.

A rede municipal de Vitória da Conquista vem vivenciando a prática da eleição de diretores escolares, numa tentativa de estruturar uma gestão democrática. As informações levantadas até o momento nos levam a crer que, na estruturação do ensino em ciclos, os princípios da gestão, no que se refere à efetiva participação da comunidade escolar nas decisões e ações que dizem respeito ao funcionamento da escola, não foram satisfatoriamente considerados.

As decisões tomadas pelos gestores precisam ter condições operacionais para realmente se efetivarem. No Ciclo, além da decisão não envolver a comunidade escolar, não foram estabelecidas condições pedagógicas e de infra-estrutura necessárias para a realização da metodologia proposta. Garantir a aprendizagem e a progressão continuada de cada aluno requer o trabalho com uma pedagogia diferenciada que, por sua vez, exige condições específicas de trabalho e atuação de professores e alunos, como: disponibilidade de tempo remunerado para o docente se dedicar a estudos e preparação de atividades específicas para seus alunos; formação de turmas menores para cada professor a fim de garantir a individualização dos percursos que, segundo Perrenoud (2004, p. 104), “é uma consequência lógica de uma concepção coerente e ambiciosa da pedagogia diferenciada”; disponibilidade de espaço físico e de profissionais, na escola, para atendimento aos alunos num segundo turno de atividades; reuniões de professores para apresentação de situações específicas de seus alunos, discussão e busca de soluções conjuntas; redirecionamento das pautas de reuniões de pais, professores, alunos e funcionários, no sentido de envolver toda a comunidade escolar na busca de soluções para melhor funcionamento da escola.

As propostas apresentadas até o ano de 2008 previam o atendimento em turno oposto, através do reforço paralelo (até 2005) e da jornada ampliada (2005-2008). Na prática, o reforço paralelo acabou atendendo apenas aos alunos das Turmas de Progressão e a Jornada Ampliada só foi realizada em algumas escolas e não atingiu todos os ciclos. Com turmas numerosas, sem condições de estudo para o professor, sem espaço e pessoal docente para o acompanhamento em segundo turno (Reforço paralelo/Jornada Ampliada), todas as propostas de ciclo desenvolvidas até 2008 ficaram, apenas, no papel. A Resolução CME/VC Nº 002/2009, parece, à primeira vista, um retrocesso, entretanto, analisando a realidade das escolas municipais, talvez esse

retrocesso seja uma estratégia no sentido de começar com os pés no chão. Se realmente implementada a avaliação prevista no artigo 22, a comunidade escolar, numa gestão democrática, poderá chegar a soluções que atendam às necessidades de cada escola. Soluções que, através de uma organização do ensino em ciclos ou não, garantam a maior participação e aprendizagem de cada aluno e de toda a comunidade escolar.

As metas, objetivos e prioridades estabelecidos no PME procuram soluções para a maioria dos problemas apontados por professores e gestores. Esperemos que, no próximo decênio, as políticas públicas municipais de educação, sintetizadas na proposta do Ciclo de Aprendizagem, consigam cumprir as metas, objetivos e prioridades definidas no PME.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, D. R. da C.(2005) A escola em ciclos e os ciclos na escola: um lugar de qualidade? In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28, Caxambu, 2005. **Anais eletrônicos ...** Caxambu: Anped, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 7 out. 2005.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá; SOUSA, Sandra Zákia. Ciclos: estudos sobre as políticas implementadas no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – Anped, 27, 2004. Caxambu. **Anais eletrônicos da Anped**. 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 7 out. 2005.

BODIÃO, Idevaldo da Silva. A escolarização em ciclos, na fala de seus ex-alunos: o que permanece e o que muda ao ingressarem na seriação. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 18, 2007, Maceió. **Anais eletrônicos...** Maceió, 2007. 1 CD-Rom.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais, v. 1. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. MEC/SEF, 1997a.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997b. p. 163-188.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 9.424/96 de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério na forma prevista no artigo 60 do Ato das Disposições Transitórias e dá outras providências. In: MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil: contos \$ descontos**. 2. ed. Ceilândia, DF: Idéia Editora, 2001, p.193-203.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa; MENEZES, Janaína Specht da Silva. Tempo integral no ensino fundamental: ordenamento Constitucional-legal em discussão. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30, Caxambu, 2006. **Anais eletrônicos...** Caxambu, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

DIAS, Vagno Emygdio Machado. Ciclos e progressão continuada no estado de São Paulo: faces de uma mesma “moeda. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – Anped, 28, 2005. Caxambu. **Anais eletrônicos...** 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 7 out. 2005

FERNANDES, Claudia de Oliveira. Fracasso escolar e escola em ciclos: tecendo relações históricas, políticas e sociais. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28, Caxambu, 2005. **Anais eletrônicos...** Caxambu: Anped, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 7 out. 2005.

FERNANDES, Claudia de Oliveira. A organização da escolaridade em ciclos: impactos na escola. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30, Caxambu, 2006. **Anais eletrônicos...** Caxambu, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

FREITAS, Luis Carlos de. Ciclo ou séries? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27, Caxambu, 2004. **Anais eletrônicos...** Caxambu: Anped, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 7 out. 2005.

GUILHERME, Claudia Cristina Fiorio. A progressão continuada e a inteligência dos professores. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 26, Caxambu, 2003. **Anais eletrônicos...** Caxambu: Anped, 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 7 out. 2005.

GOMES, Suzana dos Santos. Avaliação da aprendizagem na organização escolar em ciclos: concepções, práticas, sentidos e significados atribuídos pelos professores. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28, Caxambu, 2005. **Anais eletrônicos...** Caxambu: Anped, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 7 out. 2005.

JACOMINI, Márcia Aparecida – FTS. Os educadores e a organização do ensino em ciclos na rede Municipal de São Paulo (1992-2001). In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27, Caxambu, 2004. **Anais eletrônicos...** Caxambu: Anped, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 7 out. 2005.

JACOMINI, Márcia Aparecida. Concepção de pais e alunos sobre ciclos e progressão continuada na rede municipal de ensino de São Paulo. In: REUNIÃO ANUAL DA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 31, Caxambu, 2008. **Anais eletrônicos...** Caxambu, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 1 set. 2009.

KNOBLAUCH, Adriane. Ciclos de aprendizagem e avaliação de alunos: novas práticas de registro, velhas intenções. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – Anped, 26, 2003. Caxambu. **Anais eletrônicos....** 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 7 out. 2005.

LEITE, Maria Iza Pinto de Amorim. **Méritos e Pecados do Ciclo no Ensino Fundamental**: Análise da implantação do Ciclo de Aprendizagem nas escolas da Rede Municipal de Vitória da Conquista. 1999. 272f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999. Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley.

_____. **Impactos do Fundef**: Estudo de Caso da Rede Municipal de Educação de Vitória da Conquista. 292f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Orientador: Prof. Dr. Robert E. Verhine.

_____. Financiamento do ensino fundamental: balanço do Fundef e primeiros resultados do Fundeb na rede municipal de educação de Vitória da Conquista. In: PEREIRA, Sandra Márcia Campos; LEITE, Maria Iza Pinto de Amorim (Org.). **Educação Básica**: Políticas e Práticas. 1 ed. Vitória da Conquista: UESB, 2008a. p. 59-93.

_____. **Avaliação e financiamento de políticas públicas em educação**: estudo do Fundef na rede municipal de ensino de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista-BA: Edições Uesb, 2008b, 282 p.

_____. Trajetória do Ciclo nas escolas públicas municipais de Vitória da Conquista-ba: 1998 a 2009. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL E O V COLÓQUIO NACIONAL DA AFIRSE, Natal/RN, 2009. **Anais eletrônicos...** Natal, 2009. 1 CD-rom.

LEITE, Maria Iza Pinto de Amorim; SANTOS, José Jackson Reis dos Santos. Investigação-ação como estratégia de formação de pedagogos-pesquisadores. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE. Natal/RN, 12 a 15 de janeiro de 2005, p.142-143.

LEITE, Maria Iza Pinto de Amorim; MATOS, Selma Norberto; TEIXEIRA, Dirce Maria. **Tendências e Práxis Pedagógicas no Cotidiano das Escolas Municipais de Vitória da Conquista no Ciclo e no Reaja**. Relatório do projeto de pesquisa do V semestre do Curso de Pedagogia, turnos matutino e noturno, integrante das atividades das disciplinas Didática I, Didática II, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Vitória da Conquista/BA, 2006. *E-book* em CD-ROM.

_____. Tendências e práticas pedagógicas no cotidiano das escolas municipais de Vitória da Conquista no Ciclo e no Reaja. In: CD-ROM do **6to Congresso Internacional de Educación Superior**, 2008, Havana, Cuba.

MACHADO, Laêda Bezerra. Eles ‘passam de bolo’ e ficam cada vez mais analfabetos: discutindo as representações sociais de ciclos de aprendizagem entre professores. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29, Caxambu, 2006. **Anais eletrônicos...** Caxambu, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

MAINARDES, Jefferson. A organização da escola em ciclos: aspectos da política na sala de aula. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28, Caxambu, 2005. **Anais eletrônicos...** Caxambu: Anped, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 7 out. 2005.

MAINARDES, Jefferson. Escola em ciclos: explorando a multiplicidade de vozes e interpretações sobre o processo de implementação. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29, Caxambu, 2006. **Anais eletrônicos...** Caxambu, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

MAINARDES, Jefferson. Escola em ciclos e avaliação da aprendizagem: uma análise das contribuições de teses e dissertações (2000 a 2006). In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 31, Caxambu, 2008. **Anais eletrônicos...** Caxambu, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 1 set. 2009.

MONFREDINI, Ivanise. O regime de progressão continuada diante da cultura de uma escola “tradicional”. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29, Caxambu, 2006. **Anais eletrônicos...** Caxambu, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

OLIVEIRA, Solange Alves de. Concepções docentes acerca do ensino e da avaliação do aprendizado do sistema de notação alfabética num regime ciclado. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 18, 2007, Maceió. **Anais eletrônicos...** Maceió, 2007. 1 CD-Rom

PERRENOUD, Philippe. **Os ciclos da aprendizagem**: um caminho para combater o fracasso escolar. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

PINHEIRO, Maria das Graças Sá Peixoto; XIMENES, Maria Augusta da Silva. O ciclo inicial do ensino fundamental: a experiência do sistema estadual de ensino em Manaus (2001 – 2003). In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 18, 2007, Maceió. **Anais eletrônicos...** Maceió, 2007. 1 CD-Rom

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Vitória da Conquista). Núcleo Pedagógico da Smed. **Proposta Pedagógica do Município de Vitória da Conquista**: Ciclos de formação humana. Versão preliminar. Proposta apresentada ao coletivo de professores de 5^a a 8^a séries, para discussão no Seminário para expansão de Ciclo III,

realizado no dia 18 de setembro de 2005. Vitória da Conquista, texto reproduzido em xerox, 2005a.

_____. Núcleo Pedagógico da Smed. **Cartilha tira-dúvidas: Ciclo de Formação Humana**. Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2005b.

_____. Núcleo Pedagógico da Smed. **Plano Municipal de Educação**. Versão preliminar. Acessível na Assessoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. 2010.

SILVA, Rose Neubauer da; DAVIS, Cláudia. É proibido repetir. **Estudos em Avaliação Educacional**. Fundação Carlos Chagas. 1993, jan-jul, n.7, p.5-44.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Conselho Municipal de Educação. **Resolução N° 002/2009**, de 18 de fevereiro de 2009. Dispõe sobre a reorganização do ensino fundamental de 09 (nove) anos em Ciclos de Aprendizagem. Vitória da Conquista, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Método**. Tradução de Daniel Grassi. 2.ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.